



Plano Municipal do Verde

Oficina Participativa

Conselho Municipal de Meio Ambiente

05/08/2015



PREFEITURA DE
CAMPINAS
Um novo tempo
para nossa cidade



Secretaria Municipal do
Verde, Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável



**Plano Municipal
do Verde**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

JONAS DONIZETTE

PREFEITO

Henrique Magalhães Teixeira

VICE-PREFEITO

Rogério Menezes

Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

PLANO MUNICIPAL DO VERDE

REGISTRO OFICINA VISÃO DE FUTURO

COMDEMA

**SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE, MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES

Ângela Cruz Guirao (SVDS)

Mariana Gianiaki (Fundação SOS Pró-Mata Atlântica)

**RELATÓRIO DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS
DO PLANO MUNICIPAL DO VERDE**

**OFICINA VISÃO DE FUTURO
COMDEMA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
05/08/2015**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
OBJETIVOS	6
OFICINA: VISÃO DE FUTURO	6
ANEXOS	9

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal em seu Art. 225, §4º reconhece a Mata Atlântica como Patrimônio Nacional. A Lei da Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428/06), aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República, após 14 anos de tramitação na Casa Legislativa, dispõe sobre “a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências”. Esta Lei é um instrumento fundamental que regulamenta a Constituição Federal, proporcionando um marco legal para a proteção dos remanescentes que ainda resistem, após intensa devastação ocorrida ao longo da história do Brasil.

Conciliar o desenvolvimento e a proteção ambiental é um dos pontos positivos da referida Lei, que ao tempo em que propõe a proteção dos remanescentes, define regras para o seu uso de forma sustentável. A lei também definiu a extensão do bioma que se quer proteger, consagrado com o mapa do IBGE, no qual estão representados os limites de sua aplicação.

O Artigo 38 da referida Lei estabelece que municípios que possuam o Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Mata Atlântica (PMMA) poderão ser beneficiados com recursos do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, para que possam desenvolver projetos que envolvam a conservação de remanescentes de vegetação nativa, pesquisa científica ou restauração de áreas. Este Fundo ainda precisa ser regulamentado pelo Poder Público para começar a beneficiar os interessados conforme estabeleceu o legislador. Para isto os municípios deverão começar a se preparar para tal benefício.

Considerando a importância do PMMA para Campinas, o mesmo será parte integrante do PMV, de forma que as análises a respeito da Mata Atlântica no território considere o conjunto das demais Áreas Verdes, bem como identifique possível conexões e formação de corredores ecológicos, permitindo maior estabilidade das áreas verdes do município.

Ademais, diante da complexidade dos problemas locais, a possibilidade de mudança depende do envolvimento da sociedade, que precisa, tendo como direito e dever constitucional, participar da discussão, elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas.

Contudo, esta participação depende de formação cidadã, que necessita ser orientada com informações mais práticas e ilustrativas sobre como o cidadão deve, por seus deveres, e pode, enquanto membro da sociedade, participar da administração pública e das diferentes instâncias estabelecidas na gestão descentralizada.

Os Conselhos de Meio Ambiente são órgãos superiores do SISNAMA, instâncias legítimas de participação, que objetivam discutir os rumos e desafios da política ambiental das cidades brasileiras. Constituídos por representantes do governo e da sociedade civil organizada, os conselhos são instâncias de participação junto ao governo que visam propor, acompanhar e fiscalizar a execução das

políticas públicas. Conforme o art. 38 da Lei da Mata Atlântica, o PMMA deve ser aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, no caso de Campinas, pelo COMDEMA.

Assim, envolver tanto a população quanto os conselheiros municipais de meio ambiente na construção do PMV e PMMA se faz relevante. Para isso, estão sendo realizadas Oficinas Participativas, Consultas e Audiência Pública ao longo do processo, bem como Oficinas específicas com o COMDEMA em parceria com a Fundação SOS Pró-Mata Atlântica.

OBJETIVO

As Oficinas específicas com o Grupo de Trabalho formado pelo COMDEMA visam envolver os conselheiros na construção do PMV E PMMA, bem como estimulá-los a verificarem a importância de sua participação na proposição, elaboração e monitoramento destas políticas no município, principalmente pelo COMDEMA ser responsável pela aprovação do documento.

OFICINA: VISÃO DE FUTURO

1. APRESENTAÇÃO

A Oficina Visão de Futuro ocorreu na Prefeitura Municipal de Campinas com a presença de conselheiros do COMDEMA previamente escolhidos durante a 106ª Reunião Ordinária para participar do grupo de trabalho envolvido na elaboração do PMMA.

O início da Oficina foi marcado pela apresentação de bases para a proposta de elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica, que possui suporte na Lei nº 11.428, sancionada em 22 de dezembro de 2006.

A apresentação foi conduzida pela Sra. Mariana Gianiaki da Fundação Pro-SOS Mata Atlântica e pela Sra. Sandra Steinmetz da Ambiental Consulting.

2. APLICAÇÃO DA ANÁLISE F.O.F.A.

A análise F.O.F.A. (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) utilizada como instrumento para gestão ou planejamento, avalia no ambiente interno e no ambiente externo, possíveis cenários para a aplicação de determinado projeto. Através do método (figura 1) podem ser quantificadas as vantagens e desvantagens internas do órgão e também os aspectos externos positivos e negativos, que representam respectivamente aspectos de crescimento potencial e características que podem vir a

comprometer a aplicação do plano.

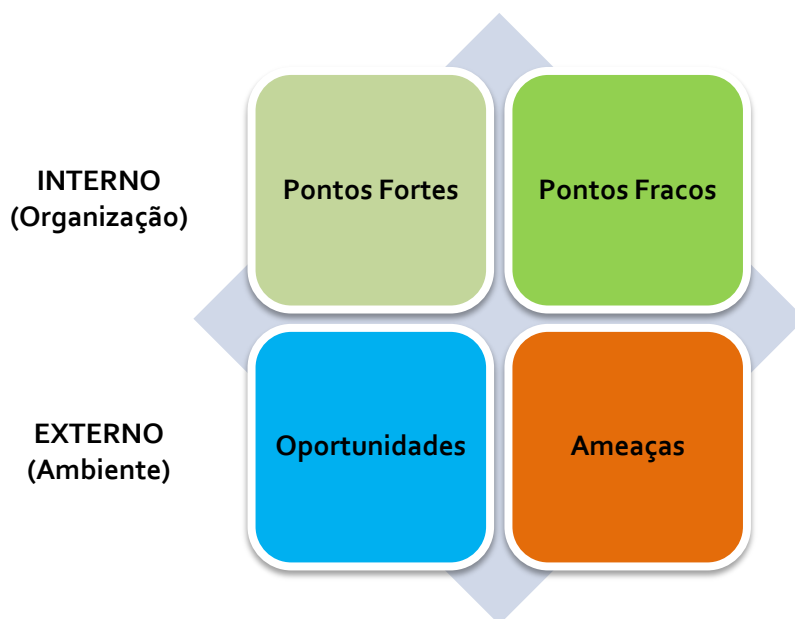


Figura 1. Modelo de Análise F.O.F.A.

3. RESULTADO DA ANÁLISE F.O.F.A.

Durante a realização da Oficina (figura 2) foram identificados no ambiente interno 16 pontos fracos e 10 pontos fortes. No ambiente externo foram citadas duas oportunidades e quatro ameaças. O resultado detalhado pode ser observado na tabela de resultados.



Figura 2. Elaboração da Análise F.O.F.A. na Oficina com COMDEMA

Tabela 1. Resultados da Oficina sobre o PMMA realizada com o COMDEMA

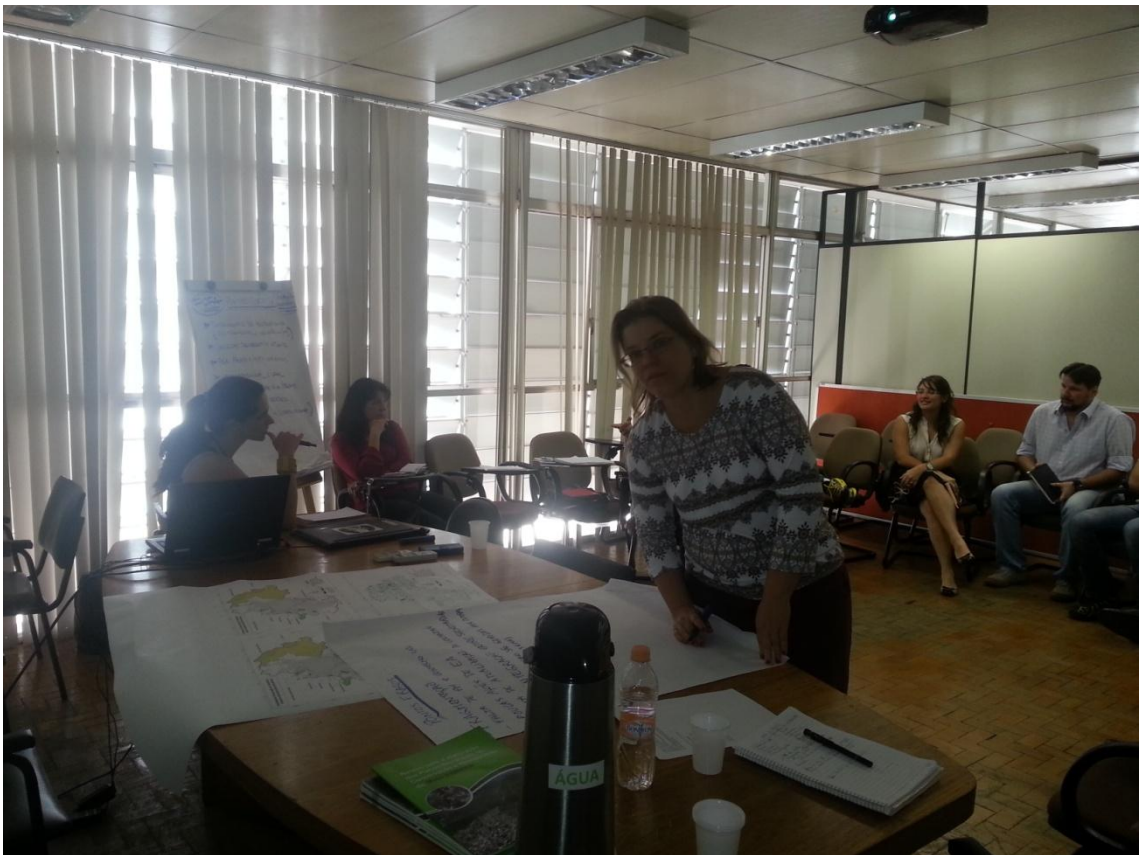
	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
INTERNO (ORGANIZAÇÃO)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instrumentos de Proteção da Mata Atlântica (UCs, tombamentos e lei orgânica – APP); 2. Conselho Deliberativo atuante; 3. Pagamento por Serviços Ambientais; 4. Apoio Institucional e Legal; 5. Fundo Municipal de Mata Atlântica 6. Banco de Áreas Verdes; 7. Aumento do número de técnicos (multidisciplinar); 8. Isenção de IPTU para propriedades que restaurem suas APPs; 9. Revisão de Plano Diretor em processo conjunto com a elaboração do PMV; 10. Zoneamento da APA Campinas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de fragmentos maiores; 2. Falta de PM e Conselho das UCs; 3. Poucas ações de educação ambiental; 4. Falta de atualização de levantamento; 5. Falta de integração entre Secretarias; 6. Praças e parques urbanos são geridos por outra Secretaria; 7. Expansão imobiliária; 8. Expansão imobiliária APA de Campinas; 9. Baixa participação social; 10. "Descrença" dos conselheiros; 11. Falta de política de incentivo ao pequeno produtor rural; 12. Falta de controle da produção agrícola; 13. Fragmentos estão em áreas particulares; 14. Propriedades rurais não tem Cadastro Ambiental Rural (CAR)/Não tem informações sobre Reserva Legal 15. Poucas UCs de Proteção Integral; 16. Maior parte das APPs estão degradadas
EXTERNO (AMBIENTE)	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Crise hídrica; 2. Compensação ambiental estadual. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de produção local de alimentos (dependência externa); 2. Mudança de clima; 3. Ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos; 4. Compensações não estão sendo direcionadas ao município (CCA).

ANEXOS

Lista de Presença

Registro Fotográfico

OFICINA VISÃO DE FUTURO			
SOS PRÓ-MATA ATLÂNTICA E SVDS	Data: 05/08/2015		
NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	
ANDRÉ LUIZ SANTOS FURTADO	EMBRAPI		EMBU ANDRE.FUR
ANGELA GUIRAO			
ANTONIO CASSIO LOPES			
ARI VICENTE FERNANDES	SASP		
CARLOS ALEXANDRE			
FRANCISCO RODRIGO MARTINS			
MARIANA GIANIARI	SOS Mata Atlântica		MARIANA
MARILIA ABDO PALHARES	COM DE MA Curitiba / RBMA		
MARIO CENCIG			
PAULO RECO	SMG - COQUEMA		
SOLANGE MALACRIDA	SVDS		
Alethya Berrati Peraro	SVDS		
Guilherme Henrique Pereira da Silva	SVDS		
Guilherme T. P. de Lima	C-TEIA / SVDS		
Isadora Rebelo Salimano	CPGA / SVDS		
Thi. Wip. Condor	CPGA / SVDS		
Angelita Cruz Guirao	SVDS		Angelita
SANDRA STEINHETE	AMBIENTAL CONSULTING		Sandra Steinhete



FOFA PONTOS FORTES PMMA CAMPINAS

- ▶ INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DA MA.
(UC'S, TOMAMENTOS e LEI ORGÂNICA [APP])
- ▶ CONSELHO DELIBERATIVO ATUANTE
- ▶ PSA. PAGMTO P/SERV. AMBIENTAIS
- ▶ APOIO INSTITUCIONAL E LEGAL.
- ▶ FUNDO MUNICIPAL DE M.A. (PROAMB)
- ▶ BANCO DE ÁREAS VERDES
- ▶ ↑ Nº TÉCNICOS (MULTIDISCIPLINAR)
- ▶ ISENÇÃO DE IPTU P/ PROPRIEDADES
QUE RESTAUREM SUAS APP'S.
- ▶ REVISÃO DE P.DIRETOR E LUOS EM
PROCESSO JUNTO A ELABORAÇÃO DO PMV
- ▶ ZONEAMENTO DA APA CAMPINAS

PONTOS FRACOS

- FALTA DE FRAG/OS MAIORES
 - FRAGMENTAÇÃO
 - FALTA DE PM e CONSELHO UCS
 - POUCAS AÇÕES DE EA
 - FALTA DE ATUALIZAÇÃO DO LEVANTAM/
 - FALTA INTEGRAÇÃO ENTRE SECRETARIAS
 - PRAÇAS E PQS URBANO SÃO GERIDAS POR OUTRA SECRETARIA (DPS x SUMA)
 - EXPANSÃO IMOBILIÁRIA
 - BAIXA PARTICIPAÇÃO SOCIAL
 - "DESCRENÇA" DOS CONSELHEIROS
 - FALTA DE POLÍTICA DE INCENTIVO AO PEQ PRODUTOR RURAL
 - FALTA DE CONTROLE DA PRODUÇÃO AG
 - FRAG/OS ESTÃO EM ÁREA PARTICULARE
 - PROP. RURAIS NÃO TEM CAR / NÃO TEM INFOS SOBRE RL
- > DAS APPs DEGRADADAS E APPs (90% ^{APPs} NASCENTES DEGRADADAS)

- PQS UCS DE PROTEÇÃO INTEGRAL

- PRINCIPAL/ E NA APA DE CAMPINAS (IRREGULAR)

OPORTUNIDADES

- CRISE HÍDRICA
- COMPENSAÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL

AMEAÇAS

- FALTA DE PRODUÇÃO LOCAL DE ALIMENTOS - DEPENDÊNCIA EXTERNA
- MUDANÇAS DO CLIMA
- AEROPORTO (AMPLIAÇÃO)
- COMPENSAÇÕES NÃO ESTÃO SENDO DIRECIONADAS AO MUNICÍPIO (CCA)